



RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

O Empenhamento dos Estados Unidos em África em Matéria de Segurança

POR WILLIAM M. BELLAMY

- ◆ A despeito de importantes progressos recentes, o ambiente de segurança em África ainda é frágil, com uma vasta gama de ameaças emergentes e existentes a provocar grandes tensões nos governos africanos já sobrecarregados.
- ◆ As operações de manutenção da paz da ONU em África tiveram algum sucesso em anos recentes, especialmente quando envolveram compromissos de tropas por parte de membros do Conselho de Segurança.
- ◆ Será necessária uma coordenação inter-organismos muito mais coesiva sob uma firme direcção da Casa Branca para que os Estados Unidos contribuam realmente para a estabilidade sustentável de África, dadas as persistentes condições de pobreza, desigualdade e governação frágil da região.

DESTAQUES

VELHAS E NOVAS AMEAÇAS

Um facto significativo em África ao longo da última década tem sido a diminuição generalizada dos conflitos violentos. A expansão e revitalização das operações internacionais de manutenção da paz, fortalecidas por uma determinação renovada da União Africana com vista a enfrentar os desafios de segurança, reforçaram essa tendência.

Na maior parte dos casos, porém, o progresso registado das operações de manutenção da paz ainda é frágil e incerto. Muito frequentemente, as rebeliões e insurreições têm sido contidas por acordos negociados que não são seguidos por acomodações políticas significativas ou por outros mecanismos de aplicação. É, portanto, ainda muito cedo para partir do princípio que os Estados africanos encontraram

soluções permanentes para as rivalidades políticas e para os problemas de governação subjacentes aos conflitos mais recentes. Para se ter uma noção clara das dificuldades que as operações de manutenção da paz enfrentam, basta ver a actual desintegração da Somália, que é considerada hoje a pior crise humanitária mundial, a rebelião e repressão em Darfur, que continuam a provocar o ultraje internacional, e a perspectiva de uma nova guerra civil no Sudão, onde se prevê a realização de um referendo sobre a secessão em 2011.

Os ataques do 11 de Setembro também alertaram as autoridades norte-americanas sobre outras e mais amplas vulnerabilidades de África. Com as suas fronteiras porosas, os seus espaços sem governo,

as suas tensões sociais e as lacunas na aplicação das leis, o continente parecia oferecer um território ideal para que organizações terroristas ou criminosas procurassem refúgio, adquirissem e armazenassem armas, recrutassem membros, conduzissem treinamentos e planeassem operações sem muito receio de interferência oficial. Muitos observadores também consideram África potencialmente vulnerável ao extremismo islâmico. Há um número maior de muçulmanos a viver em África do que no Médio Oriente. Nos locais em que eles vivem em comunidades minadas pela pobreza, pelo desemprego e por um senso de exclusão e negligência oficial (situação que também se aplica a muitas comunidades não muçulmanas em África), pode-se concluir que se tornam presa fácil de mensagens extremistas e mesmo de aliciamento para o terrorismo.

A debilidade crónica que antes tinha atraído a atenção principalmente de humanitaristas e especialistas em desenvolvimento – pobreza, desemprego, doenças, analfabetismo, corrupção, governação inadequada – passou a ter uma nova importância estratégica. Isso alimentou a tendência de fundir todas as formas de ajuda dos EUA a África – na área de segurança, do desenvolvimento e da ajuda humanitária – aos objectivos prioritários do antiterrorismo.

“Esta situação alimentou a tendência de fundir todas as formas de ajuda dos EUA a África – na área de segurança, do desenvolvimento e da ajuda humanitária – aos objectivos prioritários do antiterrorismo.”

Destacam-se igualmente uma nova série de desafios de segurança que, embora menos convencionais e espectaculares, são também importantes. A pirataria teve um aumento drástico em águas territoriais africanas, e representa uma ameaça ao comércio

e um obstáculo para as operações de ajuda humanitária. Um número crescente de Estados africanos está a tornar-se ponto importante de transbordo para o narcotráfico que serve os mercados europeus, muito embora os chefes da droga e as redes de controlo do tráfico raramente sejam africanos. Outras actividades criminosas, entre estas a pesca ilícita, o tráfico humano e o roubo de petróleo em grande escala no Delta do Níger, expandiram-se consideravelmente e ameaçam desestabilizar governos já frágeis.

A corrupção oficial continua a ser um importante factor a contribuir para a disseminação de actividades criminosas em África. Mas, mesmo quando os governos estão determinados a combater as influências do crime, as profundas deficiências institucionais muitas vezes previnem a acção eficaz. África tem a mais baixa percentagem per capita de polícias (180 por 100.000 habitantes) e de juizes de todas as regiões do mundo. Os efeitos desses problemas não são localizados: o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (ONUDC) estima que 58 % dos pedidos fraudulentos de seguro nos Estados Unidos são feitos por nigerianos.

A essa lista de preocupações acrescenta-se o risco ainda mal definido de que o agravamento da crise financeira global poderá reverter o forte crescimento económico que África alcançou nos últimos anos. A escassez de alimentos e combustíveis a preços acessíveis, bem como a competição acirrada por recursos naturais cada vez menos abundantes, como a água, e os deslocamentos causados por tensão ambiental e mudança climática, deverão provocar ainda mais pressão sobre governos africanos que já estão sobrecarregados.

SUCESSOS NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

Em anos recentes, a ONU, melhorou discretamente a eficácia das suas operações convencionais de manutenção da paz em África. Os primeiros resultados puderam ser constatados em Serra Leoa onde, apesar da humilhação inicial nas mãos de milícias desordeiras da Frente Revolucionária Unida (RUF), em meados de 2001 uma força credível da ONU foi finalmente destacada para áreas contestadas do país. Foram também intensificadas grandes operações da ONU de manutenção da paz

O Embaixador William M. Bellamy (ret.) é Director do Centro de Estudos Estratégicos de África. Ele foi embaixador dos Estados Unidos no Quênia de 2003 a 2006; durante esse período, dirigiu os programas de segurança dos Estados Unidos para o Corno de África. Foi também Principal Vice-Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos (2001-2003).

na República Democrática do Congo (MONUC) em 2001, na Libéria em 2003 (UNMIL) e na Costa do Marfim em 2004 (UNOCI). Todas estas foram missões autorizadas a usar a força ao abrigo do “Capítulo VII” e, em geral, foram “bem sucedidas”, no sentido de que ou colocaram em cheque a violência, ou ajudaram a estabelecer condições em que o conflito podia ser contido, ou contribuíram para a estabilização pós-conflito.

As operações da ONU foram mais bem-sucedidas quando efectivamente “patrocinadas” por membros do Conselho de Segurança dispostos a enviar unilateralmente recursos em seu apoio. Nesse sentido, a presença militar do Reino Unido em Serra Leoa, as actividades militares da França na Costa do Marfim e o sólido apoio dos Estados Unidos à operação da ONU na Libéria parecem ter contribuído para criar um ambiente operacional mais tolerante para as forças internacionais de manutenção da paz.

Este foi também um período no qual a recém-formada União Africana legitimizou pela primeira vez o princípio de intervenção armada colectiva sob os seus auspícios, com o objectivo de restaurar a paz ou corrigir flagrantes violações de direitos humanos ou de leis humanitárias. Criou-se um novo Conselho de Segurança e Paz para supervisionar as operações de apoio à paz, instituir sanções e facilitar a acção humanitária. Cinco brigadas de prontidão em cada uma das sub-regiões de África, complementadas por uma força-reserva de observadores, forças policiais e pessoal civil espalhada pelo continente, forneceriam as capacidades de intervenção armada.

Coerentemente com este novo pensamento regional, a UA lançou diversas operações de apoio à paz depois de 2000. Um pequeno destacamento de um ano para o Burundi proporcionou uma certa segurança no seguimento do cessar-fogo em 2003, embora tenha falhado em alcançar o seu objectivo principal de desarmar os rebeldes e facilitar o diálogo político. As missões da UA para as regiões conturbadas de Darfur e Somália foram muito mais ambiciosas e tiveram menos resultados.

Muito embora o progresso em matéria de segurança seja visível e encorajador em toda a África, este é ainda frágil. Em muitos locais, as causas e motivações subjacentes dos conflitos não mudaram.

As melhorias nas operações de manutenção da paz da ONU são encorajadoras, assim como também o é a determinação da UA no sentido de assumir mais responsabilidade. Mas ainda existe um défice de capacidade real das forças africanas de manutenção da paz. As operações de paz da ONU parecem estar no seu limite máximo em África e no resto do mundo: cerca de 90.000 pessoas estão hoje comprometidas em 16 operações de manutenção da paz da ONU no mundo inteiro. Cerca de 70 % desse pessoal participa de sete operações em África. Existe uma grande incerteza em relação à capacidade de África para responder à próxima grande crise. A crescente brecha entre expectativas e exigências em relação às operações de paz serve como um argumento forte para uma reavaliação ampla das operações de manutenção da paz da ONU em África e para uma nova estratégia com vista a diminuir o actual excesso de compromissos. Serve também como argumento para renovar o pensamento multilateral sobre como ajudar a União Africana a manter a confiança e o entusiasmo para continuar a desempenhar um papel operacional activo na eliminação dos conflitos no continente.

O EMPENHAMENTO DOS ESTADOS UNIDOS EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

Nos últimos anos, os Estados Unidos aumentaram significativamente o seu empenhamento em matéria de segurança em África. Este inclui uma base militar dos Estados Unidos em Djibuti, programas activos de antiterrorismo, apoio a uma expansão maciça das operações de paz da ONU e o lançamento do Comando dos Estados Unidos para África (AFRICOM). Ao designar explicitamente recursos de segurança para África e atender de modo sistemático as suas obrigações em relação às operações de manutenção da paz em África, os Estados Unidos ajudaram a assentá-las numa base mais sólida do que em qualquer outra ocasião num passado recente. Essa ampliação da segurança, porém, não foi integrada de modo eficaz às metas diplomáticas e de desenvolvimento de longo prazo dos Estados Unidos. Na verdade, persistem graves tensões nessas três áreas.

Os programas tradicionais de ajuda em matéria de segurança e de antiterrorismo negligenciam

muitos dos desafios de segurança emergentes em África. A ausência de lei e o aumento do crime, por exemplo, são tendências de segurança que não se espera que os militares norte-americanos ou africanos possam resolver. No âmbito da ajuda tradicional em matéria de segurança também não há soluções à instabilidade crónica que afecta muitas partes de África devido às condições persistentes de pobreza, desigualdade e colapsos de governação. No governo dos Estados Unidos, o Gabinete de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei (INL), do Departamento de Estado, está incumbido de combater o narcotráfico e o crime organizado no plano internacional, o branqueamento de dinheiro,

“Os programas tradicionais de ajuda em matéria de segurança e de antiterrorismo negligenciam muitos dos desafios de segurança emergentes em África.”

o tráfico humano, e desenvolver a capacidade dos sistemas de justiça penal e de aplicação da lei das nações parceiras. Mas os USD\$ 34 milhões que o INL afecta por ano para África são claramente insuficientes para qualificá-lo como um programa coerente de desenvolvimento de capacidade não militar.

Uma diplomacia mais vigorosa e com mais recursos será essencial para uma resposta eficaz dos Estados Unidos aos desafios de segurança de África. Programas de ajuda adequadamente direccionados e sustentados são também necessários. Os Estados Unidos, porém, serão chamados a recorrer a outros meios para além das soluções tradicionais. As intervenções norte-americanas têm sido muitas vezes reactivas e compartimentalizadas, uma fraqueza exemplificada nos programas antiterrorismo depois do 11 de Setembro em África e em quase todas as formas de ajuda não militar em matéria de segurança. De forma a lidar de modo adequado com os desafios cada vez mais complexos em matéria de segurança em África, os Estados Unidos terão que ser mais preventivos nas suas acções e mais coerentes ao combinar o apoio dos recursos civis e militares. Sem o aperfeiçoamento do planeamento e da execução inter-organismos, sem uma liderança mais robusta do Departamento de Estado e sem uma supervisão

mais vigorosa e eficaz da Casa Branca, o impacto de um maior empenhamento dos Estados Unidos nos assuntos de segurança em África será, provavelmente, limitado.

SEIS PRIORIDADES DOS ESTADOS UNIDOS PARA ÁFRICA

Actualizar a avaliação de referência dos interesses dos Estados Unidos em África em matéria de segurança. Durante a Guerra Fria, alguns estrategistas consideravam o acesso aos recursos minerais da Rodésia e da África do Sul vitais para os interesses dos Estados Unidos. Hoje, os especialistas dão a mesma importância ao petróleo da África Ocidental. Depois do 11 de Setembro, África emergiu como um foco potencial para actividades de terrorismo internacional. Nos últimos anos, essa percepção modificou-se para dar lugar a uma avaliação mais centrada e realística das ameaças terroristas reais. Ao mesmo tempo, as ameaças não convencionais proliferaram; e as operações de paz da ONU bem como as aspirações da União Africana tornaram-se componentes cruciais da segurança em África. Algumas pessoas acreditam que o enorme investimento comercial e diplomático da China em África desencadeará inevitavelmente uma nova corrida dos poderes externos por acesso e influência na África Subsaariana, bem como uma rivalidade estratégica com os Estados Unidos.

Outras encontram áreas de convergência entre os interesses norte-americanos e chineses em África e propõem uma colaboração com a China com vista a desenvolver a capacidade africana de manutenção da paz, por exemplo, ou a fortalecer a segurança marítima. Acima de tudo, os Estados Unidos precisam de um consenso lúcido sobre os interesses de segurança em África hoje, um consenso que seja realístico e que inclua as novas ameaças e ligações entre a África Subsaariana e o Norte de África. Deve incluir também uma avaliação das operações de paz da ONU e da UA e estratégias multilaterais para diminuir as excessivas constricções actuais. Se se concluir que a importância estratégica de África nos próximos anos estará menos ligada às ameaças de guerra ou terrorismo do que a questões de avanço socioeconómico e governação eficaz, então o aumento da segurança africana será inevitavelmente um empreendimento

mais complexo a envolver importantes componentes não militares e de desenvolvimento.

Equilibrar e integrar iniciativas militares e civis em África sob uma direcção mais firme da Casa Branca. Uma característica proeminente do empenhamento global dos Estados Unidos nos últimos anos tem sido o aumento constante da autoridade, das responsabilidades e dos recursos dos sectores militares norte-americanos, paralelamente ao declínio das capacidades civis diplomáticas e de desenvolvimento. A resistência inicial dos governos africanos e de parceiros do desenvolvimento ao AFRICOM é resultado em parte da preocupação de que um comando grande e com muitos recursos suplantara e “militarizaria” inevitavelmente os programas diplomáticos e de desenvolvimento norte-americanos em todo o continente. A administração Obama terá que responder a estes temores e garantir que a política norte-americana em África se equilibre cuidadosamente entre defesa, diplomacia e desenvolvimento. A administração precisará de um quadro de política em que os recursos e as capacidades do governo sejam identificados e implementados de uma forma coordenada.

Situações complexas em matéria de segurança em países e sub-regiões determinados são uma realidade emergente em África. Não é difícil imaginar um cenário em que vários governos africanos tenham que enfrentar simultaneamente crises tão variadas como o aumento da desobediência às leis nas cidades, a escassez de recursos e tumulto em áreas rurais, a intromissão de sindicatos internacionais de narcotráfico e crime organizado, bem como fluxos caóticos de refugiados a partir de zonas de conflito vizinhas. Nessas circunstâncias, os Estados Unidos não podem permitir a dispersão da autoridade e dos recursos necessários para preparar uma resposta eficaz. Os formuladores de políticas norte-americanos devem estabelecer um programa contínuo de coordenação inter-organismos (Departamento de Estado, da Defesa e USAID) a nível regional, sob orientação firme da Casa Branca, para levar a cabo as mais altas prioridades regionais.

Desenvolver um programa mais coerente de combate ao terrorismo em África. No momento, a ameaça de terroristas internacionais com origem na África Subsaariana ou que operem nessa área é lim-

itada. As políticas devem reconhecer e reflectir essa realidade e deixar de descrever sistematicamente a África Subsaariana como uma zona de alto risco de terrorismo e uma fonte de grande preocupação. Nos locais em que existe a ameaça de terrorismo internacional – como no Corno de África – as contramedidas norte-americanas mais eficazes compreenderão o trabalho em estreita colaboração com parceiros locais que compartilhem os objectivos estratégicos dos Estados Unidos. Um dos erros mais comuns dos planeadores norte-americanos é supor que uma forte presença militar dos Estados Unidos representa segurança para os governos amigos assim como dissuasão para os extremistas e potenciais terroristas. Na verdade, muitos governos africanos amigos vêem uma presença militar norte-americana grande e visível como uma desvantagem que pode atrair tanto a oposição política interna como terroristas à procura de alvos de alto valor num ambiente que de outra forma não os ofereceria. Os departamentos da Defesa e de Estado deveriam prestar mais atenção para ajustar correctamente o tamanho e a visibilidade da presença de forças de segurança dos Estados Unidos em nações africanas anfitriãs.

Como questão de política, as operações militares com vista a enfrentar terroristas individuais ou

“Um dos erros mais comuns dos planeadores norte-americanos é supor que uma forte presença militar dos Estados Unidos representa segurança para os governos amigos assim como dissuasão para os extremistas e potenciais terroristas.”

pequenos grupos deveriam ser empreendidas apenas quando meios mais discretos falhem e após considerar as implicações dessas acções sobre outros aspectos da política dos Estados Unidos. A falta de uma cadeia de comando bem definida tem sido um problema persistente da política de antiterrorismo dos Estados Unidos em África. Uma das prioridades deveria ser a de esclarecer as respectivas autoridades do Departamento da Defesa e do Departamento de Estado, as do comando de combate regional e outros comandos de combate relevantes, bem como as dos embaixadores

em África com respeito à política e aos programas de luta contra o terrorismo no teatro de operações. A situação actual cria uma incerteza considerável no campo, entre autoridades civis e militares, sobre as respectivas responsabilidades nessa área.

Analisar friamente os programas tradicionais de ajuda militar. Apesar de anos de esforços e centenas de milhões de dólares em ajuda dos Estados Unidos, a maioria das forças militares africanas são hoje apenas um pouco mais profissionais e capazes de operar em operações de manutenção da paz do que há dez anos. Algumas delas regrediram nesse mesmo período e são, em geral, menos capazes do que eram há dez anos. Isso significa que, embora os países de África continuem a contribuir com grande número de forças para as operações de manutenção da paz da ONU, essas forças são ainda menos treinadas, equipadas e lideradas do que a maioria dos observadores norte-americanos esperava quando começaram concretamente os programas de ajuda à manutenção da paz há mais de dez anos. A UA continua longe da meta de auto-suficiência em matéria de segurança.

“É preciso enfatizar o fortalecimento das instituições e das capacidades das forças militares africanas e não apenas ensinar as competências próprias a cada missão.”

A ajuda de doadores nem sempre tem ajudado nesse processo. É raro que os doadores coordenem eficazmente a ajuda aos Estados africanos em matéria de segurança, sendo que muitas vezes a organizam com vista a satisfazer as suas próprias preocupações com segurança localizada, e não as necessidades de longo prazo do país beneficiário. Para melhorar e integrar a ajuda dos Estados Unidos à segurança em África, a responsabilidade geral pelos programas de ajuda deveria ser do Departamento de Estado; o AFRICOM participaria do processo de planeamento desde o início e teria responsabilidades importantes na elaboração conjunta e implementação de actividades de reforço da capacidade militar por militares. É preciso enfatizar o fortalecimento das instituições e das capacidades das forças militares africanas e não apenas ensinar

as competências próprias a cada missão. Devem-se desenvolver critérios melhores para avaliar a eficácia de programas de ajuda, bem como reduzir o uso de contratos com o sector privado norte-americano. Por fim, é preciso redobrar os esforços para harmonizar a ajuda dos Estados Unidos com a de outros doadores principais, como o Reino Unido, França e outros países da União Europeia.

Desenvolver estratégias claras para abordar a importância crescente das necessidades não militares de segurança em África. . A ausência de leis ou a sua deficiência, a inadequação das forças policiais, a escassez de promotores de justiça e juízes com a devida formação e a corrupção generalizada tornam muitos Estados africanos impotentes face ao aumento da criminalidade interna e internacional. Ainda que as forças militares africanas sejam em geral mais organizadas e tenham mais recursos do que os prestadores de segurança civis, não é uma estratégia viável pedir-lhes que exerçam funções de cumprimento da lei. Uma das prioridades da política dos Estados Unidos para África deve ser a de desenvolver um consenso inter-organismos claro, sob a liderança conjunta do INL do Departamento de Estado e do secretário adjunto para África, com relação às prioridades e modalidades que permitirão fornecer ajuda não militar em matéria de segurança de modo mais previsível, mensurável e sustentado.

Definir melhor a missão e configuração do AFRICOM. Apesar do progresso significativo alcançado sob a liderança do General Ward, persistem as desconfianças em África sobre o papel do AFRICOM. Com vista a melhorar tanto a reputação quanto a eficácia do AFRICOM, os Estados Unidos deveriam:

- ◆ Determinar (e enfatizar publicamente) que a missão central do AFRICOM é a cooperação com os Estados parceiros em África nas áreas tradicionais de ajuda em matéria de segurança – e que a grande vantagem comparativa do AFRICOM será a de coordenar essa cooperação de modo mais coerente e eficaz, com mais recursos e de forma mais sustentável do que antes. Ao mesmo tempo, a administração não deve minimizar o estatuto do AFRICOM como um comando combatente. É remota a possibilidade de que o AFRICOM venha a conduzir operações de combate em África, mas essa

capacidade e esse papel potencial não podem ser negligenciados ou dissimulados.

◆ Fazer da cooperação em segurança marítima uma prioridade especial do AFRICOM. A importância da produção de petróleo e gás ao largo da África Ocidental é bem conhecida. As actividades como a pirataria, esquemas de roubo de petróleo em grande escala, remessas de narcóticos, tráfico humano e imigração ilegal nas águas costeiras não controladas de África são uma causa de crescente preocupação internacional. A pesca ilegal e não regulamentada, assim como a degradação ambiental severa em diversas zonas marítimas, ameaça a subsistência de milhões de africanos. Os governos africanos começaram a enfrentar esses desafios, embora ainda seja uma prioridade baixa para muitos deles a manutenção de forças navais e guarda-costeiras. Muitos deles apreciariam os programas do AFRICOM destinados a melhorar a supervisão marítima e a capacidade de manter a lei e a ordem. Ao ajudar a restaurar a segurança física, o AFRICOM poderia permitir iniciativas de “segurança humana” em bases mais amplas nas costas africanas.

◆ Aumentar o apoio orçamentário e de pessoal para os programas de ajuda do Departamento de Estado para África em matéria de segurança. Assim como o Secretário da Defesa Robert Gates pediu que fossem disponibilizados mais recursos para as missões mundiais de estabilização e reconstrução do Departamento de Estado, o AFRICOM deveria também solicitar a duplicação dos recursos actuais de cerca de USD\$ 250-300 milhões de que o Departamento de Estado dispõe anualmente para os programas de segurança em África. Os

aumentos do financiamento militar estrangeiro, do programa internacional de treino e educação militar e das operações de manutenção da paz deveriam ser usados para financiar as iniciativas de empenhamento do AFRICOM.

◆ Vincular as prioridades do AFRICOM mais directamente às operações de manutenção da paz da ONU e da UA em África. A UA dispõe agora de uma estrutura organizativa por meio da qual os parceiros internacionais se podem coordenar. Além disso, dada a presença da ONU praticamente em todos os pontos de África, muitas vezes em actividades de reforço da segurança ou de manutenção da paz, será impossível que as operações do AFRICOM não se intersectem de alguma maneira, mais cedo ou mais tarde, com as actividades da ONU. Mesmo com as suas deficiências operacionais, a ONU e as suas agências especializadas são respeitadas e têm o apoio de quase todos os governos de África e em todos os níveis da sociedade africana. Na medida em que o AFRICOM for visto como um apoio às missões de segurança e manutenção da paz, a sua aceitação internacional continuará a aumentar.

Este Resumo sobre a Segurança de África foi sintetizado do “Africa Policy: Recommendations for the Obama Administration”, escrito pelo Embaixador Bellamy em *Africa Policy in the George W. Bush Years: Recommendations for the Obama Administration*, (Washington, DC: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, “CSIS”, 2009).

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Director: Embaixador (reformado)
William M. Bellamy
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telephone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Gerente Regional:
Elisabeth Feleke
Telephone: 221 33 869 61 00
Email: FelekeE@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABABA

Gerente Regional:
Kevin Crawford
Telephone: 251 11 517 42 05
Email: CrawfordKK@stat.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle
Telephone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES



<http://www.africacenter.org>

